

KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. RS: TERRA & PODER. História da questão agrária. Porto Alegre. Ed. Mercado Aberto. 1986.

*Déa Ribeiro Fenelon\**

Resenhar a obra RS: TERRA & PODER, de Luiza Kliemann é para mim muito mais que uma simples atividade acadêmica. Acompanhar, durante os últimos anos, a carreira da autora, hoje professora concursada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e que tanto batalhou pelo desenvolvimento do Curso de Mestrado em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tem sido extremamente gratificante.

A tese de doutoramento, agora publicada em livro, só vem confirmar o que se desenhava como impressão e expectativa desde os primeiros cursos de Metodologia que fui ministrar no Mestrado da PUCRS, lá por volta de 1974/1975. Havia ali uma primeira turma super entusiasmada e ansiosa por concretizar uma vontade enorme de “fazer a História”. Aliás muitos são os outros elementos daquele grupo que apresentaram seus trabalhos e hoje enriquecem a historiografia sul-rio-grandense com suas contribuições bem cuidadas e baseadas na investigação séria.

Neste sentido, o trabalho de Luiza, ao tratar da questão da terra no Rio Grande do Sul, é um belo exemplo do significado que o historiador atribui à sua prática profissional como expressão do cotidiano presente, sempre buscando definir seus interesses e seus temas a partir de uma prática social que “faz e refaz a História” com as perspectivas de se lançar na abertura de novos caminhos e opções para o futuro. Sua citação inicial, de Benjamim, de que “a história é objeto de uma construção cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio mas pelo tempo de agora”, traduz bem a proposta do trabalho e seu posicionamento no campo da História e da historiografia brasileira, no tema da agricultura, das questões agrárias e sobretudo das fundiárias.

A disposição de enfrentar um tema polêmico, colocado e recolocado politicamente vivenciado por milhares de trabalhadores do campo, a tenacidade com que se dedicou em busca de documentação e fontes com que a autora argumenta e discute os problemas levantados por suas indagações, recomendam o livro a quantos se disponham a partilhar do interesse pelo tema e que muito têm a aprender com a obra. Nesta linha, incorpora-se à historiografia brasileira sobre a questão da terra, com todos os méritos de uma obra bem problematizada e metodologicamente conduzida nos melhores parâmetros dos trabalhos sobre a questão.

O livro trata de estudar, em uma perspectiva histórica, os problemas agrários do Rio Grande do Sul, tomando como ponto de partida as contradi-

ções surgidas com a aplicação da Lei de Terras de 1850. E como bem reconhece a Autora a investigação revelou "ser a República Velha o berço dos conflitos e dos problemas sociais pela posse e uso da terra que ora afligem o Rio Grande do Sul." Por isto mesmo sua ênfase no período como proposta de delimitar as raízes dos problemas atuais. Talvez aí minha única reclamação: queria que continuasse, sobretudo até à década de 50, ainda que reconhecendo as dificuldades técnicas de abordar período tão longo.

Importante nos objetivos da investigação é o aprofundamento da compreensão do avanço das relações capitalistas no campo, as várias estratégias de dominação exercitadas pela classe dominante, através da força do Estado, com seus instrumentos coercitivos, no caso a legislação, mas também através do consenso e da barganha política. Neste aspecto a discussão ganha força no exame das tentativas de aplicação de aspecto a discussão ganha força no exame das tentativas de aplicação de uma Lei que não leva em conta as especificidades e os interesses regionais preferindo impor a vontade nacional.

Este capítulo, que trabalha sobretudo as questões sobre a terra surgidas no Rio Grande do Sul, no século XIX, se utiliza de fontes como os "Autos de Mediação", para discutir o descompasso entre o legal e o real. Isto certamente enriquece a problematização das relações entre o governo central e o provincial. Lidar, portanto, com as questões agrárias no tocante às tentativas de adequar a província a planos mais gerais, tendo a política imigratória como fator complicador, sem perder de vista as rearticulações de forças sociais ocorridas, parece desafio suficiente para quantos se dedicam a este tipo de estudo, o que a Autora faz tranqüilamente juntando os fios de toda a complicada trama da luta política a nível nacional e regional.

Além disto, discorrer sobre a fundação do partido Republicano no Rio Grande do Sul e a maneira como se articulam os interesses de alguns latifundiários e pecuaristas, de partidários da diversificação econômica, de setores emergentes do comércio e da indústria, bem como profissionais liberais, para se definirem por um novo regime político, a República, tudo bem temperado com as idéias positivistas fortemente matizadas pelo regionalismo e deixando para trás o partido Liberal que acaba por assumir posições conservadoras em relação à questão da terra, já àquele tempo por receio de serem atingidos por uma reforma agrária, sugere a complexidade da tentativa expressa e do desafio que se coloca a Autora de não seccionar o regional do nacional.

A discussão enfrentada no capítulo seguinte trata principalmente da maneira como o governo positivista de Júlio de Castilhos transforma seus princípios em política agrária a ser concretizada na convivência com os princípios federalistas de um governo central disposto a exercer suas prerrogativas constitucionais. O que se verifica, no entanto, é que através de uma Constituição Estadual, bastante próxima do programa partidário do PRR e de reformas

em várias áreas relativas às modificações no imposto de transmissão de propriedade e de exportação, na instituição do imposto territorial, na política de colonização das terras públicas e particulares, na criação de créditos e prêmios rurais, nas escolas agrícolas, cooperativas e associações de classe, se corporificava “plenamente uma política de desenvolvimento capitalista que consegue quebrar as resistências e colocar o estado no concerto nacional”. Naturalmente que tudo isto, principalmente a implementação de novas leis de terra, com reconhecimento de títulos e demarcações de áreas, não se deu sem o enfrentamento político intraclasses, sem lutas partidárias, com a Revolução Federalista que desorganiza a economia gaúcha e sobretudo com a resistência de colonos e proprietários, caracterizando mesmo a importância das questões agrárias. Mas para controlar tudo isto lá estavam os instrumentos da lei, da barganha política, da violência, da Brigada Militar, se preciso fosse para impor a vontade do poder.

Finalmente se estudam as estratégias para manter a hegemonia política dentro das vicissitudes dos arranjos intraclasse da política gaúcha. Considerando o aumento das tensões sociais oriundas dos problemas agrários, atenção especial é dada ao estudo da política de colonização e imigração, acompanhando-se as diversas fases da imigração subsidiada à espontânea, com as pressões e relações com a Igreja, colonos, imigrantes, proprietários. Também se investigam as tensões no meio rural, cooptadas por políticas específicas de maneira a impedir as resistências e a restringir o êxodo rural e a intrusão que se têm perpetuado na história agrária do Rio Grande do Sul.

Todo o trabalho conduz a reflexões sérias sobre as questões da terra e das propostas de Reforma Agrária constantes dos projetos governamentais, alertando sobretudo para a questão fundamental de que “os problemas para a implantação de uma reforma agrária não se situam somente no nível de simples distribuição e legitimação de terras. É mister pensar em uma Reforma que não seja obstaculizada por uma sofisticada burocratização e que, na prática, não seja permeada por esferas de poder que a prejudiquem.”

*Déa Ribeiro Fenelon*